



ETAPA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS-RJ

INTRODUÇÃO

O SUS que Queremos: unindo a luta do território ao Projeto de

País.



A 15ª Conferência Municipal de Saúde (15ª CMS) representou um marco crucial visando resgatar a efetividade da democracia participativa e assegurando que o Sistema Único de Saúde (SUS) transcenda o conceito, tornando-se uma defesa concreta contra as disparidades locais.

Este momento estratégico visa resgatar a efetividade da democracia participativa e assegurar que o Sistema Único de Saúde (SUS) transcenda o conceito, tornando-se uma defesa concreta contra as disparidades locais.

Antes do evento, membros do Conselho Municipal de Saúde estiveram na Praça José Pereira Câmara, no Centro, dia, 12 de junho, das 9h às 17h, divulgando a 15ª Conferência Municipal de Saúde.

O objetivo do Conselho Municipal de Saúde (CMS) foi promover um Dia D, antecipando-se à Conferência, mobilizando a população a participar do evento e ainda registrar demandas e propostas da comunidade para melhorias na Saúde Pública Municipal.

A Conferência Municipal de Saúde contou com cerca de 191 pessoas, de inúmeros públicos: universidades, servidores, população usuária, outros conselhos de saúde, conselhos profissionais de classe e demais públicos.

No dia da Conferência Municipal de Rio das Ostras houve área cultural com exposição de alguns artesãos do município e também o serviço de vacinação contra Influenza, disponibilizado pela Vigilância em Saúde.

Na parte da manhã podemos observar a seguir na programação quatro palestras foram proferidas além da questão regimental (Regimento Interno da Conferência) tácita, ocorreu pela não oposição da plenária questionada pelo Sr. Presidente do CMS e palavra das autoridades componentes da mesa presentes. No site da Prefeitura, havia um link, onde o cidadão tinha acesso ao Regimento Interno da Conferência, Programação e outras informações importantes. (<https://www.riodasostras.rj.gov.br/conferencia-de-saude-acontece-neste-sabado-27/>). Nessa mesma página estava disponível o formulário online para pré-credenciamento, direcionado exclusivamente para os representantes da sociedade civil organizada, como organizações,



associações e outras entidades.
(<https://www.riodasostras.rj.gov.br/conferenciadesaude/>).

Na parte da tarde ocorreram os debates dos eixos em quatro salas distintas com a presença de moderadores, relatores e secretariado/digitadores, foram disponibilizados computador para cada sala e caneta quadro branco, para as ações de *brainstorming* e criação das propostas, que após composição, foram aprovadas pelos componentes dos eixos e encaminhadas a plenária da conferência para aprovação final. Além disso as salas usaram as questões mobilizadoras que estavam no Caderno da 18ª Conferência Nacional de Saúde do CNS, para fomento de ideias.

A Conferência contou com divulgação de promoção na página oficial da prefeitura e Instagram, e através de cartazes espalhados nos mais diversos locais onde o controle social acessa. Já a repercussão do evento foi realizada pelos mesmos canais oficiais, no mesmo dia.

Durante o evento, não houveram moções nem de aplauso e nem de repúdio.

A eleição das propostas ocorreu com a votação de delegados que totalizaram 11 no momento do ocorrido, e os eleitos para representarem seus devidos seguimentos na Conferência Estadual de Saúde de 2027 foram:

Seguimento de Usuários:

1. Lauren Farias de Moura (CMS) com 6 votos- Instituição: Associação Raízes
 2. Márcia Regina Soares Tavares (CMS) com 5 votos- Instituição: Égide
 3. Luciene Benvindo da Silva Furtado (CMS) com 5 votos -Instituição:SAE
- Suplente: Gabriela Ferreira e Cunha (CMS) com 3 votos- Instituição: Paróquia Nossa Senhora da Conceição

Seguimento de Profissional de Saúde:



1. Carlos Eduardo Gomes (CMS) não houve votação por haver apenas dois- Instituição: ABEN-RJ
2. Luiz Eduardo Prado Lima (CMS) não houve votação por haver apenas dois -Instituição: ASSOMERO

Suplente:

Seguimento de Gestor:

1. Nirvana R. Braga e Braga indicação - Instituição: SEMUSA/Vigilância em Saúde
2. Fernanda Perez indicação - Instituição: SEMUSA/Atenção Primária à Saúde

Suplente: Maria Christina S. V. de Souza (CMS) - Instituição: SEMUSA/VISA

PROGRAMAÇÃO

8h às 9h: Credenciamento Presencial;

9h às 9h20: Abertura com as autoridades presentes;

9h20 às 9h30: Leitura do Regimento Interno da 15ª Conferência Municipal de Saúde, aprovada pelo CMS – Conselho Municipal de Saúde;

9h30 às 10h: Avaliação da resolução da 14ª Conferência Municipal de Saúde, com devolutivas das propostas;

10h às 10h30: **Palestra Eixo 1** – “Democracia, saúde como direito e soberania nacional”;

10h30 às 11h: **Palestra Eixo 2** – “Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social”;



11h às 11h30: **Palestra Eixo 3** – “Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental”;

11h30 às 12h: **Palestra Eixo 4** – “Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral”;

12h às 14h: Intervalo para almoço;

14h às 16h30: Discussão nos grupos de trabalho;

16h30 às 17h30: Aprovação das propostas na plenária;

17h30 às 18h: Encerramento

EIXO 1 - DEMOCRACIA, SAÚDE COMO DIREITO E SOBERANIA NACIONAL EMENTA 9

A articulação entre a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), o fortalecimento da democracia e a soberania nacional são indissociáveis para a garantia e efetivação do direito à saúde. Certamente os desafios são muitos, considerando o papel do Estado, da participação social e das políticas públicas na garantia desse direito constitucional. Mas também se faz necessário a reafirmação quanto ao modelo de atenção à saúde, instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo acesso universal, integral e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação. É organizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), com base na descentralização, regionalização, hierarquização e participação social, orientado pela equidade e pelo financiamento público tripartite.

QUESTÕES MOBILIZADORAS:



✓ Que modelo de democracia queremos afirmar no campo da saúde: uma democracia limitada à representação formal ou uma democracia popular e participativa, capaz de influenciar efetivamente as decisões sobre o financiamento, a gestão e o modelo de atenção do SUS?

✓ Como o fortalecimento da democracia participativa - por meio dos conselhos, conferências e demais instâncias de controle social - pode contribuir para a defesa do SUS frente ao subfinanciamento, à privatização e à precarização das políticas de saúde?

✓ De que maneira a soberania nacional, especialmente no campo da produção de medicamentos, insumos estratégicos, tecnologias em saúde e proteção de dados, impacta no desenvolvimento e na capacidade do Estado brasileiro de garantir a saúde como direito universal?

Palestra Proferida por **Daniele Moretti (CNS/CES-RJ/CISTT- RJ)**

Moderador/Facilitador: **Prof. Hayda Josiane Alves (UFF)**

Relator: **Letícia Sobreira (CMS)**

Digitador/Secretariado: **Beatriz Soares (UFF)**

Votação na plenária sobre as propostas: 10/11 delegados aprovaram

PROPOSTAS

Esfera	Discussão	Propostas	Encaminhamentos
Municipal	Necessidade de novas unidades e profissionais permanentes e valorizados, diminuindo a sobrecarga de unidades e ampliando a	Realizar um encontro municipal para definir/desenhar a expansão dos serviços de Atenção Básica (ESF), incluindo estrutura da unidade,	Encontro com participação popular; Ampliação do número de unidades; Necessidade de equipes fixas;



	cobertura.	recursos financeiros e pessoal.	
Municipal	Valorização dos profissionais; Importância da participação e valorização dos(as) trabalhadores(as).	Reconhecimento do(a) trabalhador(a), por meio de inserção prioritária via concurso público, garantia salariais, incentivos financeiros, atrelado a qualidade do trabalho e QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Realização de concurso público; Valorização de profissionais; Qualificação por meio do curso de formação.
Municipal	Implementação do PEC no município de Rio das Ostras, utilizando da Educação Permanente para ampliar o vínculo; Dificuldade com os prontuários atuais; Baixa qualidade do sistema; Burocracia na regulação.	Informatizar 100% dos serviços de saúde com prontuário eletrônico, utilizando tecnologia pública e permanente, com qualidade e transparência, a fim de desburocratizar a regulação e assegurar acesso oportuno a exames e atenção especializada.	Aumento do vínculo com as equipes; Qualidade do sistema;
Estadual	Importância de representação.	Legitimar os Conselhos como instâncias decisórias no SUS e	Legitimar conselhos Reimplantar conselhos Locais/gestor.



		reimplantar os Conselhos gestores locais de Saúde.	
--	--	--	--

EIXO2 FINANCIAMENTO ADEQUADO E SUFICIENTE PARA O SUS, COM BASE NA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E NA SUSTENTABILIDADE FISCAL E SOCIAL

A superação do subfinanciamento histórico do SUS é um desafio para o fortalecimento e a consolidação do atendimento à saúde da população, segundo os princípios constitucionais da universalidade, integralidade e equidade. Nessa perspectiva, o que precisa ser feito para um financiamento adequado e suficiente? Para que o sistema seja plenamente consolidado e continue sendo um modelo de acesso universal e integral à saúde, é necessária tanto uma nova política econômica que viabilize a garantia da saúde como direito, quanto o aprimoramento da gestão tripartite da saúde no contexto da descentralização e da participação da sociedade. Mas, para que ele funcione bem e continue sendo universal, ou seja, para todas as pessoas, é preciso refletir sobre como ele foi financiado e se esse financiamento é adequado e suficiente para garantir esse direito de cidadania.

O histórico do processo de implementação do sistema aponta para a necessidade de recursos adicionais para priorizar e fortalecer um modelo de atenção e gestão no qual o Estado cumpra com seus deveres constitucionais, de tal forma que predomine o financiamento público, priorize o orçamento público comparativamente ao privado, na perspectiva de um modelo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico voltado aos interesses nacionais. Outro ponto de atenção está relacionado ao estabelecimento do orçamento público sem a dependência de emendas parlamentares para fortalecer o planejamento técnico do Poder Executivo, aumentar a transparência e focar na execução de políticas estruturantes em vez de projetos pulverizados. Além disso, é indispensável reconhecer e valorizar quem está na linha de frente do SUS nas unidades de saúde, ou seja, seus trabalhadores. É preciso combater práticas que enfraquecem o serviço



público e fortalecer as condições de trabalho, com a criação da carreira interfederativa do SUS.

QUESTÕES MOBILIZADORAS:

✓ Que medidas devem ser adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais e pelo Poder Legislativo para avançar na reforma tributária, ampliar o financiamento do SUS e da Seguridade Social e, ao mesmo tempo, reduzir e regulamentar o uso das emendas parlamentares destinadas ao SUS?

✓ Como garantir a destinação dos recursos adicionais advindos da reforma tributária para o fortalecimento e ampliação do atendimento da saúde da população de acordo com os princípios e diretrizes constitucionais do SUS?

✓ Considerando que a maior parte dos recursos do SUS é destinada ao funcionamento da rede de atendimento nas unidades públicas de saúde e que esse funcionamento depende essencialmente dos profissionais que trabalham nessas unidades, quais as ações poderiam ser desenvolvidas para a valorização das pessoas trabalhadoras mediante recursos adicionais que sejam obtidos com a redução do subfinanciamento histórico?

Palestra Proferida por **Adriana Moutinho (PMRO/apoiadora Conasems)**

Moderador/Facilitador: **Brenda Mara de Souza Pinto (UFF)**

Relator: **Luciene Benvindo da Silva Furtado (CMS), Márcia Regina Soares Tavares (CMS)**

Digitador/Secretariado: **Maria Carolinna Henriques Monteiro (UFF) e Kerolaine Acario Estanislau Junior (UFF)**

Votação na plenária sobre as propostas: 10/11 delegados aprovaram



PROPOSTAS

Esfera	Discussão	Propostas	Encaminhamentos
Municipal	Recursos para saúde	Assegurar a vinculação dos recursos à saúde em sua origem, evitando desvios para outras áreas	Vinculação dos recursos à saúde em sua origem
Municipal	Instrumentos de monitoramento	Criar instrumentos de monitoramento mensal individualizado por programa de trabalho e auditoria participativa dos gastos em saúde. Ex: painel eletrônico	Monitoramento e auditoria
Municipal	Financiamento do CMS	Assegurar e fomentar financeiramente e orçamentariamente o CMS a fim de propiciar o efetivo funcionamento prescrito na Lei Federal 8080/90 e demais.	Pleno funcionamento do CMS
Municipal	Financiamento de equipes	Garantir o financiamento para todas as equipes que compõem a ESF, ou seja, saúde da família, Saúde bucal e multidisciplinar em quantidade	Financiamento de equipes e a precarização do vínculo de trabalho



		suficiente para atender a população municipal, pois muitas equipes enfrentam subfinanciamento por falta de profissionais e precarização do vínculo de trabalho	
Municipal	Ambulatório de doenças contínuas/ crônicas	Implantar ambulatório para tratamento de doenças contínuas como: cardio, onco, doenças raras e outros, com logística preferencial de exames, acompanhamento e rastreamento	
Estadual	Educação Permanente	Instituir política estadual permanente de investimento e infraestrutura, modernização tecnológica e qualificações da força de trabalho do SUS com financiamento regular e pactuado na CIB (Comissão Intergestores Bipartite)	Educação Permanente em Saúde
Estadual	Repasse indicadores e	Garantir o fortalecimento do Estado do Rio de	



		Janeiro por meio da aplicação e regularização dos repasses Fundo a Fundo considerando indicadores epidemiológicos	
--	--	---	--

EIXO 3 OS DESAFIOS PARA O SUS NA AGENDA NACIONAL DA DEFESA DA VIDA E DA SAÚDE: EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

O eixo debate os desafios contemporâneos do SUS na construção de uma agenda nacional orientada pela defesa das vidas e da saúde, diante do agravamento das emergências climáticas e de seus impactos desiguais sobre populações e territórios. Analisa eventos extremos, desastres socioambientais, insegurança alimentar e nutricional, crises hídricas, desigualdades sociais e mudanças nos perfis epidemiológicos ampliam vulnerabilidades e exigem respostas estruturadas, intersetoriais e territorializadas por parte do sistema de saúde. Aborda a justiça socioambiental como princípio orientador das políticas públicas, reconhecendo que os efeitos da crise climática atingem, de forma mais intensa, populações em situação de pobreza, comunidades tradicionais, povos indígenas e moradores de periferias urbanas e áreas rurais. Discute a necessidade de fortalecer a vigilância em saúde, a atenção primária, a capacidade de resposta a emergências, a infraestrutura resiliente e a articulação entre saúde, meio ambiente, proteção social e desenvolvimento sustentável, comprometido com a vida, a redução das desigualdades e a sustentabilidade socioambiental.

QUESTÕES MOBILIZADORAS

✓ O que o SUS precisa fazer para proteger a população diante da emergência climática e crise ambiental (calor extremo, enchentes, seca,



fumaça, contaminação da água, ar, solo e dos alimentos, entre outras) que estão afetando a saúde das pessoas no seu território?

✓ Há um saber popular que diz: "Melhor prevenir do que remediar", de que forma esse ditado dialoga com a Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador e da trabalhadora) no enfrentamento dos impactos climáticos e ambientais em seu território?

✓ Quais os desafios do SUS em seu território para enfrentamento das mudanças climáticas e ambientais?

Palestra Proferida por **Natália Dias da Costa Alves (SES-RJ/CIR-BL)**

Moderador/Facilitador: **Luiz Carlos Pimentel Aguiar (NDAVS/SES-RJ)**

Relator: **Marcela Gonçalves Ribeiro Cozendey (Vigilância Ambiental/PMRO)**

Digitador/Secretariado: **Lauren Farias de Moura (CMS) e Joseneide Gomes Cavalcante (Vigilância Ambiental/PMRO).**

Votação na plenária sobre as propostas: Unânime aprovação

PROPOSTAS

Esfera	Discussão	Propostas	Encaminhamentos
Municipal	Sistemas de Alertas	Criação de sistemas de alertas e notificações atualizados e alinhados à realidade local para comunicação sobre emergências climáticas, com o objetivo de informar, orientar e	Criação de sistemas de alertas e notificações



		conscientizar a população do município acerca dos riscos e medidas preventivas.	
Municipal	Emergências Climáticas	Criação de um Fundo Soberano destinado a direcionar no mínimo 1% ao mês (totalizando pelo menos 12% anuais) das receitas petrolíferas para ações relacionadas a emergências climáticas e desastres naturais, com participação obrigatória do controle social e da sociedade civil em sua gestão e fiscalização.	Fundo Soberano
Municipal	Capacitação dos profissionais de saúde	Capacitação e nivelamento atualizado técnico dos profissionais de saúde, acompanhados da disponibilização de infraestrutura adequada para proteção, prevenção e suporte às equipes que atuam em campo durante situações de emergência climática.	
Estadual	Educação Ambiental	Implementação de uma disciplina obrigatória de Educação Ambiental Crítica na grade curricular das	Educação, Meio Ambiente



		instituições de ensino, promovendo formação cidadã e conscientização ambiental desde a educação básica	
Estadual	Plano Regional de Contingência	Elaboração de um Plano Regional de Contingência para Enfrentamento às Emergências Climáticas, visando à organização e integração das respostas aos eventos extremos.	Plano Regional de Contingência para Enfrentamento às Emergências Climáticas

EIXO 4 MODELOS DE ATENÇÃO E GESTÃO, TERRITÓRIOS INTEGRADOS E CUIDADO INTEGRAL

Enquanto conquista constitucional disposta na Constituição de 1988 o SUS expressa um projeto civilizatório orientado pela universalidade e integralidade, que reflete nos modelos de atenção e gestão do sistema e na incorporação da perspectiva da equidade como reconhecimento das especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais, valorizando seus territórios, saberes e práticas de cuidado como parte legítima da produção da saúde. Promover equidade significa enfrentar o racismo institucional e religioso, reduzir desigualdades históricas e garantir acesso qualificado aos serviços, com participação ativa dessas comunidades no planejamento e no controle social, reafirmando o SUS como política pública comprometida com a justiça social e a diversidade cultural. Sustenta-se que a reconstrução do SUS exige superar a lógica da austeridade, reafirmar o pacto federativo e fortalecer a capacidade estatal de planejamento, regulação e gestão pública, com efetivo controle social. No campo assistencial, defende-se a centralidade da Atenção Primária à Saúde, especialmente da Estratégia Saúde da Família (ESF),



como coordenadora das Redes de Atenção, articulando cuidado longitudinal, vigilância em saúde e integração entre os níveis assistenciais. A consolidação de políticas estruturantes - como a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a Política Nacional de Saúde Bucal, a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, dentre outras políticas públicas - é apresentada como condição para garantir acesso equânime, soberania produtiva, regionalização solidária e valorização das equipes multiprofissionais, superando o modelo biomédico fragmentado. Consideram-se ainda a transformação digital, a integração da vigilância como inteligência estratégica do cuidado e a valorização do trabalho no SUS como eixos estruturantes para consolidar o sistema como política permanente de Estado. Defende-se que a efetivação do direito à saúde depende da participação popular ativa e da reconstrução democrática do SUS, orientada pelas necessidades dos territórios e comprometida com a defesa da vida, da soberania nacional e da justiça social.

QUESTÕES MOBILIZADORAS

- ✓ Como assegurar o papel regulador, coordenador, indutor e executor do Estado na condução do SUS, para reverter a crescente presença e influência do setor privado na gestão, na oferta de serviços e na definição das prioridades do sistema?
- ✓ Em que medida a consolidação de políticas estruturantes - como a Política Nacional de Atenção Básica, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e a Política Nacional de Atenção Especializada - pode reafirmar o SUS como



projeto civilizatório permanente do Estado brasileiro, e não como agenda sujeita a descontinuidades político partidárias?

✓ Como garantir o cumprimento dos princípios constitucionais do SUS - universalidade, integralidade, equidade e gestão pública - diante da expansão de modelos de gestão privatizantes, da terceirização e da crescente precarização do trabalho em saúde?

Palestra Proferida por Solange Belquior (ABEN-RJ)

Moderador/Facilitador: Júlio Cesar Espirito Santo (VISAT/PMRO)

Relator: Isabelle Vieira (UFF)

Digitador/Secretariado Izabelle Maximo Mageski (UFF)

Votação na plenária sobre as propostas: Unânime aprovação

Esfera	Discussão	Propostas	Encaminhamentos
MUNICIPAL	Tem UBS, mas não abrange território na totalidade; E-multi defasado em grande parte do território; Ausência de prontuário eletrônico	Ampliar e garantir a cobertura da Atenção Primária à Saúde em todo o território municipal, por meio da expansão das Equipes de Saúde da Família (eSF), da implementação e fortalecimento das equipes Multiprofissionais (eMulti) e da implementação do prontuário eletrônico do cidadão (PEC)	UBS/EFS Cobertura 100% Equipe E-multi Informação digital



		em 100% das unidades da APS, assegurando cuidado integral, acesso qualificado e continuidade da assistência	
MUNICIPAL	Falta de incentivo à educação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde	Fortalecer o Núcleo de Educação Permanente em Saúde para implementar formação presencial para os trabalhadores e trabalhadoras do SUS, com foco em acolhimento, humanização, cuidado integral e intersetorial em rede, articulado com as Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas pelo MEC, prioritariamente, públicas da localidade	Implementar Educação Permanente em Saúde na Secretaria de Saúde para TODOS os trabalhadores e trabalhadoras
MUNICIPAL		Garantir EQUIPE MULTIPROFISSIONAL para atuar na Divisão da área técnica de vigilância às violências para assegurar atenção e prevenção das	Vigilância às violências



		violências interpessoais e/ou autoprovocadas	
MUNICIPAL	Fragilidade da rede de saúde mental	Reclassificar o CAPS II em CAPS III e implementar o CAPS AD III no município	
MUNICIPAL	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, tratamentos terapêuticos baseados na medicina tradicional e o Sistema endocanabinoide	Fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) em Rio das Ostras, com ampliação das terapias e utilização do sistema endocanabinóide (SEC) com garantia de capacitação para trabalhadores da rede	PICS referem-se às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, tratamentos terapêuticos baseados na medicina tradicional que consideram o ser humano de forma integral, visando prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida. O SUS oferece 29 dessas práticas gratuitamente, incluindo acupuntura, yoga, reiki, homeopatia e fitoterapia. E o Sistema endocanabinoide (SEC) é uma rede de sinalização biológica complexa presente no corpo humano, responsável por regular diversas funções e manter o



			equilíbrio interno (homeostase) do organismo
Estadual	Hospital não tem prontuário eletrônico, além de não se conectar com os demais pontos da rede hospitalar	Criar um prontuário eletrônico para o nível terciário a ser implantado em Rio das Ostras e no Estado	
Estadual	Ausência de tratamento de hemodiálise nos municípios	Construir unidade de hemodiálise no município de Rio das Ostras, que atenda os munícipes locais e da região	
NACIONAL	Grade curricular	Incluir as PICS sobre a utilização do sistema endocanabinóide na graduação dos cursos da saúde, com garantia de capacitação para trabalhadores do SUS	
NACIONAL	Alteração de Lei	Alterar as legislações existentes sobre armazenamento de dados (LGPD etc) para que a gestão de dados do SUS priorize a população e não a lógica de	



		mercado, garantindo ambiente protegido pelo governo brasileiro	
--	--	---	--

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



FOTOS



Foto Sr. Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Carlos Eduardo Gomes



FOTOS



Prefeito da Cidade Carlos Augusto Balthazar



FOTOS



Foto a cima: Secretario Municipal de Saúde e Vice- Prefeito Dr. Fabio Simões

Abaixo: Primeira dama da Cidade Sra.Márcia de Souza Almeida



FOTOS



Foto a cima: Subsecretaria de Atenção Especializada
Dra. Deiva Motta da Costa
Abaixo: Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde
Sra. Rosimeri Azevedo



FOTOS

MATERIAIS DA CONFERÊNCIA



Inscritos receberam Camisas, Porta Crachá e Bolsa da Conferência.
Distribuidos 170 unidades .



Participantes



PALESTRANTES





Palestrante eixo1 Daniele Moretti CNS/CES-RJ/CISTT-RJ



Palestrante eixo 2 Adriana Moutinho apoiador CONASEMS-RJ



Palestrante eixo 3 Natália Dias da Costa Alves- SES-RJ/CIR-BL



Palestrante eixo 4 Solange Belquior- ABEN-RJ



AÇÕES DURANTE A CONFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO





ARTESANATO LOCAL





VACINAÇÃO





COFFEE BREAK DE BOAS VINDAS

INTÉRPRETE DE LIBRAS DURANTE O EVENTO





DEBATES DAS TEMÁTICAS (EIXOS) À TARDE



EIXO 1



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 4



ELEIÇÃO DE PLENÁRIA DAS PROPOSTAS





FOTOS DAS COMISSÕES E VOLUNTARIADOS



















MIMOS DE AGRADECIMENTO AS COMISSÕES E VOLUNTARIADO





COMISSÕES DA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. ORGANIZAÇÃO GERAL

Coordenador Geral: Carlos Eduardo Gomes e Luiz Eduardo Prado Lima

2. RELATORIA

Coordenadoras: Maria Christina Silva Vianna de Souza e Michelle Viana

Participantes: Hayda Josiane Alves, Júlio Cesar Espirito Santo, Luiz Carlos Pimentel Aguiar, Brenda Mara de Souza Pinto, Letícia Sobreira, Beatriz Soares, Brenda Mara de Souza Pinto, Luciene Benvindo da Silva Furtado, Márcia Regina Soares Tavares, Maria Carolinna Henriques Monteiro, Kerolaine Acario Estanislau Junior, Marcela Gonçalves Ribeiro Cozendey, Lauren Farias de Moura, Joseneide Gomes Cavalcante, Isabelle Vieira e Izabelle Maximo Mageski.

3. COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Coordenadora: Mariângela Alves de Queiroz

Participante: Bianca Cursi, Luciene Benvindo da Silva Furtado e Michelle Viana.

4. INFRAESTRUTURA

Coordenador: Mario Jorge Rodrigues de Paiva

Participantes: Patrícia Valéria Ezequiel Abreu, Michelle Viana, Bianca Cursi, Luciene Benvindo da Silva Furtado, Jonivaldo Campos Guilherme e Márcia Regina Tavares Soares.

5. CREDENCIAMENTO

Coordenadoras: Kátia Rogéria da Silva e Michelle Viana

Participantes: Ana Lúcia Assis Carneiro, Cláudia Regina Calixto Seda, Lúcia Helena Paula, Karla Rezende Teles, Vera Maria dos Santos Alves e Magali Pinheiro das Neves.

6. APOIO DA SEMUSA

Fabio Simões- Secretário Municipal de Saúde
Géssica de Oliveira de Souza